



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

## O PROTAGONISMO INDÍGENA NO ESTADO DO CEARÁ: QUAL É O PERFIL DA LIDERANÇA EMPODERADA?

Antonio Cavalcante de Almeida<sup>1</sup>  
Andressa Custódio da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa investigou o perfil das lideranças indígenas dentro do movimento indígena no estado do Ceará de 1988 a 2020. Ela teve como objetivo identificar o nível de capital social/político empoderador adquirido em contato com as instituições sociais e políticas da sociedade envolvente. O estudo é de corte qualitativo e sustenta-se na teoria do empoderamento considerando a liderança indígena como categoria analítica. Assim, nesta investigação, abrangemos a maior quantidade possível de lideranças [das 15 etnias existentes no/do Ceará] constituindo um universo qualiquantitativo de entrevistados envolvidos. Por fim, a pesquisa apontou que as lideranças atuantes no estado do Ceará pertencem a várias gerações e que sua força perante ao Movimento Indígena vem se solidificando e somando conquistas nos âmbitos dos direitos dos povos indígenas e sobretudo das aldeias às quais pertencem. O estudo sobre as lideranças indígenas no Ceará revelou que o empoderamento é uma importante ferramenta para a luta, conquista e garantia de direitos. E que somada aos movimentos sociais, associações e até partidos políticos impulsionam as lideranças, lhes colocando em lugar de destaque no qual suas reivindicações podem ganhar força e visibilidade. O olhar sob o protagonismo indígena no estado do Ceará nos permite perceber claramente a necessidade e urgência em garantir destaque para as pautas referentes aos povos indígenas do estado, pois em pleno século XXI, há mais de 1500 anos esses povos ainda lutam por reconhecimento, terras, garantia de direitos e políticas que lhes abracem.

**Palavras-chave:** Protagonismo; Empoderamento; Indígena.

### INTRODUÇÃO

O protagonismo dos povos indígenas internacionalmente vem crescendo e se materializando de maneira significativa no âmbito dos fóruns nacionais, internacionais, sobretudo no que tange à construção de documentos norteadores das articulações locais e globais, que são instrumentos importantes e necessários para o empoderamento dos povos ancestrais e tradicionais no Brasil e do mundo, como a Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas e Tribais (2008) e a Convenção da OIT/169, que são instrumentos importantes e necessários para o empoderamento dos povos.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais [habilitação em Antropologia] pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, [antonio.cavalcante@ifce.edu.br](mailto:antonio.cavalcante@ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Graduado em Turismo pelo Instituto Federal do Ceará – IFCE Campus Fortaleza, [andressacustodio50@gmail.com](mailto:andressacustodio50@gmail.com).



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Os povos indígenas no estado do Ceará se destacam na sua luta pela defesa de direitos e território com um protagonismo marcante a partir de sua organização em associações e alianças. As etnias reconhecidas no território cearense são Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tapeba, Tabajara, Tapuia-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia, Tupinambá e Paiacu. (ADELCO, 2021) É importante dizer que cerca de 40% dos indígenas do estado do Ceará pertencem à etnia Tapeba, no município de Caucaia e 44,2% pertencem ao grupo Tremembé. (IPECE, 2019).

A pesquisa utilizou referências como Pacheco (1997), Magalhães (2018) e dados da Ong ESPLA (2019) para auxiliar no estudo referente a história e contexto das etnias indígenas no Ceará. Além de autores como Iori (2002), Zimmerman (1988) e Almeida (2013) para questões pertinentes ao empoderamento. Empreender esta pesquisa se justifica pela oportunidade de identificar, sistematizar e analisar como o protagonismo das lideranças indígenas contribui para o estabelecimento e continuidade dos espaços de diálogos e trocas de saberes no âmbito do Instituto Federal do Ceará – IFCE, principalmente fortalecendo as discussões nos núcleos de pesquisas nos *campi* e na rede federal de ensino do Brasil. É importante destacar que a realização da investigação social conta com o apoio da Federação dos Povos e Organização Indígenas do Ceará – FEPOINCE.

A pesquisa possui uma grande relevância sociopolítica para o movimento indígena estadual, bem como para as instituições e os órgãos governamentais em geral, que passarão a compreender sociologicamente a construção social dos papéis políticos exercidos por líderes [homens e mulheres das quinze etnias] indígenas no espaço de (inter)mediação política no estado do Ceará.

De acordo com o objetivo proposto, a pesquisa analisou o perfil das lideranças indígenas no estado do Ceará de 1988 a 2020, sobretudo identificando o nível de capital social/político empoderador adquirido em contato com as instituições sociais e políticas da sociedade envolvente. Além disso atendeu aos objetivos propostos contextualizando a emergência do protagonismo indígena no estado do Ceará aliado a uma conjuntura de organização do movimento indígena a partir dos anos 1988; identificou e caracterizou os perfis das atuais lideranças indígenas que participam do movimento indígena no Ceará; Pesquisou a trajetória/biografia do/as lideranças que transitam do universo das comunidades à esfera da sociedade política – Estado nação.

## METODOLOGIA



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

A pesquisa se deu por meio do estudo do empoderamento, uma abordagem utilizada para examinar questões referentes a grupos sociais e étnicos excluídos dos processos sociopolíticos e econômicos em vários continentes. De acordo com Iori (2002), o empoderamento é uma perspectiva que põe as pessoas no centro do processo de desenvolvimento social e político. Nesta investigação abrangemos a maior quantidade possível de lideranças [das 15 etnias existentes no/do Ceará reconhecidas pelo movimento indígena cearense]. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de formulários on-line via Google Forms.

O perfil das lideranças participantes da pesquisa é bem homogêneo, sendo composto por um público de várias idades, etnias e localidades do estado do Ceará. A coleta de dados envolveu perguntas sobre idade, estado civil, escolaridade, renda das lideranças e questões pertinentes ao empoderamento das lideranças indígenas.

Referente ao município de residência dos participantes um participante é de Crateús, um participante é de Pacatuba, dois participantes são de Monsenhor Tabosa, um participante reside em Aquiraz, um participante de São Benedito, um participante é de Crateús, cinco dos participantes residem em Maracanaú, dois participantes são de Poranga e um participante reside em Quiterianópolis. Também se observou que a idade do/as entrevistado/as é predominantemente de uma faixa etária entre vinte nove anos e quarenta e dois anos de idade.

A maior parte das lideranças, cerca de vinte e cinco por cento [25%] das lideranças são solteiras e vinte por cento [20%] são casadas. Já no quesito grau de instrução das lideranças indígenas cearenses, importante se faz dizer que todos/as têm ensino médio completo e dados importantes sobre nível de escolaridade superior in/completo e pós-graduação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de tudo, é importante contextualizar a população indígena brasileira que vem crescendo positivamente em todo território nacional como bem demonstra o último Censo Demográfico de 2010. Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2020), a atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares realizado pelo IBGE (2010) aponta que:

[...] é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este Censo revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal, há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de índios ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista (IBGE, 2010, s/p).



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Os povos indígenas no/do estado do Ceará sofreram a mais diversas agressões e violações dentro de seus territórios no decorrer da história de colonização, de tal sorte que muitas populações foram ‘extintas’ do território cearense. De acordo com as fontes governamentais do estado do Ceará pelos menos 20 povos desapareceram como os Jucás, os Icós e dentre outros grupos que viviam nas regiões serranas e no litoral também. Ainda em conformidade com os dados oficiais do Governo do Ceará (2019) mais de 26 mil indígenas encontram-se aldeados em cidades cearenses, o que corresponde a 17% do total da população indígena no Nordeste (GOVERNO DO CEARÁ, 2019).

Importante enfatizar que o discurso de não existência de populações originárias no Ceará remete a decretos oficiais expedidos pelo governo colonial com o intuito de se apropriar dos territórios e integrar as populações indígenas à sociedade nacional. Com base nisto, Santana (2010) afirma que:

Em 1863, o Governo Provincial decretou não haver mais índios no Ceará, alegando que os indígenas foram mortos ou fugiram, dessa forma, os territórios indígenas podiam ser usurpados. Mas o que ocorreu na verdade, foi que as populações indígenas, como estratégia de sobrevivência, optaram por ocultar sua identidade, sobretudo nos aspectos mais exógenos. Deixaram de falar a língua nativa e adotaram alguns elementos do catolicismo popular que se assemelhavam aos seus costumes religiosos (SANTANA *et al*, 2010).

Na atualidade, os povos indígenas no Nordeste manifestam presença de uma maneira muito mais visível, vigorosa e destemida que vinte ou trinta anos atrás. Para Schröder (2001) esses povos emergiram como um assunto da política indigenista, por diversas demandas quanto à terra e à assistência governamental, e, desse modo voltaram a ser percebidos pelos antropólogos, depois de várias décadas de desinteresse pelos estudos etnológicos/etnográficos. Assim, pode-se dizer que a história desses povos no século XX é de resistência, sobretudo como “[...] eles se organizaram, em algumas regiões já nos anos 30, lutas políticas pela segurança e reconquista de seus territórios que podem ser vistas como antecedentes regionais dos movimentos indígenas contemporâneos, sem que se tenha estudado isto até agora.” (SCHRÖDER, 2001, p. 142).

Aliado a essa temática do protagonismo das lideranças indígenas dentro do movimento indígena brasileiro há uma literatura interdisciplinar importante que vem crescendo na produção científica brasileira; entretanto, em relação à questão da categoria empoderamento como ferramenta política de poder [e análise] é ainda insipiente nos estudos e nas pesquisas etnológicas/etnográficas nesse campo. Por fim, para fundamentar o problema de pesquisa acima proposto, apresenta-se a seguir uma breve discussão a respeito das definições de empoderamento a partir da sociologia, ciência política e da antropologia política.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

## O CONTEXTO DO EMPODERAMENTO

Numa pesquisa exploratória sobre o termo *empowerment*, Almeida (2013) enfatiza que a palavra existia antes mesmo da utilização a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício da democracia e da cidadania, iniciado sobretudo nos movimentos sociais dos negros, das feministas, dos homossexuais, pelo movimento em prol dos direitos das pessoas deficientes ocorridos nos Estado Unidos e Europa em meados do século XX.

O conceito de empoderamento passa a ser utilizados a partir dos anos 1970 nos estudos das áreas de educação e nas pesquisas em sociologia política, entretanto a literatura existente já fazia referência a existência dele já no século XVI. Aqueles estudos vêm a assinalar que a origem do conceito de *empowerment* tem ligação direta ao movimento da Reforma Protestante; iniciada pelo monge agostiniano Martinho Lutero que veio a questionar o poder tradicional da igreja na Alemanha por meio de 95 Teses, Wittenberg, no dia 31 outubro de 1517. Disparando assertivamente um conjunto de críticas à Igreja e à autoridade papal ele provocou o clero na época, motivo pelo qual veio a modificar os rumos da religião e da autoridade política internacionalmente. Considera-se ato político de enfrentamento/autonomia encabeçado por Lutero como o primeiro indicativo de uma perspectiva de elaboração conceitual do *empowerment* pelas ciências sociais e, mais tarde, absorvido pela corrente do liberalismo político (HEWITT, 2007; BAQUERO, R., 2012).

Como se pode notar, existe uma tensão no tocante ao conceito em tela, há os defensores que entendem que o empoderamento deve ser importante para aprimorar e estender a prestação de serviços (administração burocrática, assistencialismo e governança) e os que preconizam a mobilização social [participação ativa] de baixo para cima. Autores críticos como Zimmerman (1988), Antunes (2002), Sen (1997), Romano (2002), Iori (2002), Gohn (2004), Rowlands (2005), compreendem que as ações mais exitosas são aquelas que rompem com o assistencialismo (cidadania concedida ou manipulada), o paternalismo, a apatia e a alienação dos sujeitos. Segundo esse entendimento, a autonomia e a postura crítica e criativa vindo de baixo para cima são indutores importante de mobilização social e a transformação da ordem existente (ALMEIDA, 2013).

Villacorta e Rodríguez (2002, p. 47) compreendem o empoderamento como uma construção e/ou ampliação das capacidades criativas e tendo as pessoas e os grupos excluídos no centro do processo de tomada de decisão. Em outras palavras, para os autores em tela, importante se faz que o/s grupo/s venha/m: a) “Assumir o controle de seus próprios assuntos;



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

b) produzir, criar, gerar novas alternativas; c) mobilizar suas energias para o respeito a seus direitos; d) mudar as relações de poder; e) poder discernir como escolher; f) levar a cabo suas próprias opções.”

Iori (2002) assinala que o empoderamento quando bem conduzido põe as pessoas no centro das tomadas de decisões. O empoderamento é provocar o encorajamento das pessoas e trabalhar a perspectiva política da horizontalidade das ações/decisões políticas. De acordo com ela, as pessoas e os grupos que vivem em condições de vulnerabilidades e fragilidades, principalmente no interior do processo de desenvolvimento devem ser protegidos pelas instituições econômicas (mercados) e políticas no tocante à participação política e as garantias dignas de cidadania ativa.

Para Zimmerman (1988) e Rappaport (1995) o empoderamento é visto como um indutor de fortalecimento [e construção sociopolítico] de pontos organizacionais de uma instituição/empresa e competências individuais. Para eles, o empoderamento qualificado fortalece sistemas e comportamentos de pró-atividade quanto às questões de política social e de mudança social no que concerne aos envolvidos. Acredita-se ser um processo pelo qual os indivíduos ganham domínio e/ou controle sobre suas próprias vidas e participação democrática na vida da sua comunidade.

Há poucos trabalhos no Brasil a respeito das características empoderadoras das lideranças indígenas políticas no contexto de mais de 305 povos contactados que habitam em todo o território nacional. É importante destacar que, apenas no século XX, passou-se a falar de organização política indígena nacional. Assim, surgiram nomes de lideranças como Raoni Mataruki (povo Kaiapó), Álvaro Tucano (povo Tucano), Ângelo Cretãn (Kaingang), Marçal Guarani, Ailton Krenak que fizeram parte desse protagonismo e da construção do movimento indígena dos anos setenta e oitenta do século passado até a Constituição Federal de 1988. Esse período foi muito importante para a construção e articulação de todos os povos no sentido da efetivação de direitos iguais e diferentes do brasileiro de matriz ocidental. Vale dizer que, algumas dessas lideranças ainda estão vivas e se tornaram ícones da resistência dos povos indígenas brasileiros e latino-americanos, hoje. (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020).

A história dos povos indígenas no Nordeste tem sido marcada pela luta por terras e direitos ao longo dos anos de sua existência em território nordestino, além das inúmeras tentativas de catequização e apagamento de sua identidade sofridas no passado. De acordo com Silva (2005, *apud* Magalhães, 2018) as populações do Nordeste atravessaram influxos de “catequese e civilização” com diferentes características, conforme as práticas de Estado de normatização de aldeamentos. Essas práticas em sua maioria tinham o objetivo de retirar os



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

indígenas de seus próprios territórios e realizar um apagamento das características e práticas indígenas em algumas localidades.

Barreto Filho (2004 *apud* ADELCO, 2019) afirma que: “a partir de 1980, os povos indígenas do Ceará ganharam maior visibilidade, com o suporte de um grupo de apoio constituído pela Arquidiocese de Fortaleza. Inicialmente, os Tapeba e, posteriormente, os Tremembé, os Pitaguary e os Jenipapo-Kanindé passaram a reivindicar da FUNAI a demarcação de suas terras e o seu reconhecimento étnico (PORTO ALEGRE, 2002 *apud* ADELCO, 2019):

Como resultado da mobilização dos povos indígenas no Ceará, a partir de 1985, o Estado brasileiro deu início ao reconhecimento das terras do Povo Tapeba em 1985; Tremembé, em 1986; Pitaguary, em 1993; e Jenipapo-Kanindé, em 1995. Posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou processos de identificação das terras de outros grupos indígenas: Kanindé em 2001; Anacé, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuya, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú em 2003; Kalabaça e Tapuya-Kariri em 2007. O reconhecimento das Terras Indígenas se deu a partir da mobilização étnica de cada povo, que passou a se organizar em associações indígenas e a se filiar ao movimento indígena, o qual foi expandindo suas áreas de atuação (ADELCO, 2019, p. 20).

Atualmente o estado do Ceará conta com 15 etnias reconhecidas que estão espalhadas em 18 municípios. Apesar do reconhecimento de 15 etnias, existem ainda várias outras que não foram reconhecidas ou que ainda se encontram em processo de reconhecimento e sem os territórios demarcados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apontou que as lideranças atuantes no estado de Ceará pertencem a várias gerações e que sua força perante ao Movimento Indígena vem se solidificando e somando conquistas nos âmbitos dos direitos dos povos indígenas e sobretudo das aldeias às quais pertencem.

O estudo sobre as lideranças indígenas no Ceará revelou que o empoderamento é uma importante ferramenta para a luta, conquista e garantia de direitos. E que somada aos movimentos sociais, associações e até partidos políticos impulsionam as lideranças lhes colocando em lugar de destaque no qual suas reivindicações podem ganhar força e visibilidade. Nota-se que a maioria dos relatos sobre a trajetória das lideranças versa sobre sua inserção como liderança por meio da participação no movimento indígena, em organizações e ações desenvolvidas dentro da aldeia em prol da comunidade.



# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Foi observado a partir das falas das lideranças que a liderança da comunidade deve ser alguém que está inserido no contexto da aldeia atuando em prol de melhorias para a comunidade, como também inserido diretamente no Movimento Indígena, que é o maior expoente de luta dos povos indígenas no estado do Ceará. Também se nota que para além da vivência na aldeia e no movimento, de acordo com a maioria das respostas, é necessário que a liderança seja comunicativa, tenha pensamento coletivo, aprenda com os troncos velhos e os respeitem.

Outro ponto importante e que merece destaque é o fato da maioria dos envolvidos na pesquisa apesar de serem lideranças atuantes não se reconhecem como tal, ou ainda sequer reconhecem o significado da palavra empoderamento. Mas em contrapartida também foi possível obter respostas positivas quanto a tal questão, pois apesar de uma minoria dentro do universo da pesquisa que possui o conhecimento da palavra empoderamento se reconhecem como tal.

No tocante à mudança na figura das lideranças indígenas, a maioria das opiniões foram positivas, enquanto que alguns faziam imposições sobre os comportamentos e grau de instrução para as novas lideranças. Outro ponto marcante em meio as respostas foi o fato de algumas lideranças demonstrarem certa dubiedade em suas respostas, pois é possível notar que existe um receio por parte de algumas das atuais lideranças sob as novas.

O olhar sob o protagonismo indígena no estado do Ceará nos permite perceber claramente a necessidade e urgência em garantir destaque para as pautas referentes aos povos indígenas do estado, pois em pleno século XXI, há mais de 1500 anos esses povos ainda lutam por reconhecimento, por terras, garantia de direitos e políticas que lhes abracem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que o protagonismo indígena no Ceará vem tomando uma dimensão importante dentro do movimento indígena regional. E é utilizado como forma de garantia de direitos, defesa do território e políticas para os povos. O estudo mostra que o perfil das lideranças tem escolaridade entre ensino médio e superior, fator importante uma vez que a partir de sua inserção em ambientes de estudo e acadêmico é possível ter um maior contato com a sociedade fora da aldeia e assim formar alianças e construir oportunidades para a comunidade.

A pesquisa evidencia que as novas lideranças estão em sintonia com as demandas atuais dos movimentos sociais em geral, por exemplo, a questão de gênero. É inegável que nos dias atuais as mulheres estão cada vez se empoderando e ocupando espaços de poder. E assim





# SERNEGRA

XII SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO  
E RAÇA DOS INSTITUTOS FEDERAIS (SERNEGRA) &  
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

também ocorre com mulheres em diversas etnias indígenas, que hoje são grandes expoentes da luta em prol do movimento indígena.

É notável que atualmente o protagonismo indígena junto a associações, movimentos sociais e partidos políticos vem garantindo local de destaque para a pauta indígena. A pesquisa ainda revela que a luta do movimento indígena se solidifica e cresce cada vez mais ao longo dos anos. Somado aos esforços de antigas e novas lideranças podemos ver um movimento que hoje garante melhorias e luta fortemente no campo político e social para ter seus direitos respeitados e suas terras protegidas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL CO PRODUTIVO-Adelco. Disponível em: <https://adelco.org.br/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GOVERNO DO CEARÁ. **Todo dia é dia de índio: Quais são os povos indígenas do Ceará.** Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povosindigenas-do-ceara/>. Acesso em: 08 maio. 2020.

IORI, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21–44.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf)> Acesso em: 03 maio. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n° 169 sobre povos Indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** 5. ed. Brasília: OIT, 2011